



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## MINUTA DE EDITAL

Belo Horizonte, 16 de abril de 2026

### CAPA

Pregão Eletrônico: 00001/2026 (Compras.gov.br nº. 90001/2026)

Contratante : 389172

Órgão: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ : 22.256.879/0001-70

Setor : Setor de Compras e Licitações

Endereço : Rua dos Timbiras, número 1200, Boa Viagem, Belo Horizonte/MG, CEP : 30140060.

Objeto : Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de produção audiovisual institucional, compreendendo: produção de podcasts/videocasts institucionais; captação de imagens e transmissões ao vivo (lives) de eventos institucionais; produção de mini-vídeos para redes sociais; com fornecimento de equipe técnica, equipamentos, softwares, infraestrutura, edição, finalização e entrega dos materiais, em atendimento à demanda do CRM-MG.

Valor : R\$164.200,00

Sigiloso : Não

Processo : 25.13.000005733-3

SRP : Não

Critério de Julgamento : MENOR PREÇO POR GRUPO

Modalidade : Aberto

Preferência ME EPP : Não

Margem de Preferência : Não

**Data da Sessão Pública:** 14/05/2026

**Hora Inicial:** 14:00h



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Pinheiro de Azevedo**, **Coordenador(a) do Setor de Compras e Licitação do CRM-MG**, em 16/04/2026, às 15:20, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cfm.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4089405** e o código CRC **AA954990**.



Rua dos Timbiras, 1200 - Bairro Boa Viagem

CEP 30140-064 | Belo Horizonte/MG -

<https://www.crmmg.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 25.13.000005733-3 | data de inclusão: 16/04/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## **MINUTA DE EDITAL**

Belo Horizonte, 15 de abril de 2026

## **CAPA**

Pregão Eletrônico: 00001/2026 (Compras.gov.br nº. 90001/2026)

Contratante : 389172

Órgão: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ : 22.256.879/0001-70

Setor : Setor de Compras e Licitações

Endereço : Rua dos Timbiras, número 1200, Boa Viagem, Belo Horizonte/MG, CEP : 30140060.

Objeto : Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de produção audiovisual institucional, compreendendo: produção de podcasts/videocasts institucionais; captação de imagens e transmissões ao vivo (lives) de eventos institucionais; produção de mini-vídeos para redes sociais; com fornecimento de equipe técnica, equipamentos, softwares, infraestrutura, edição, finalização e entrega dos materiais, em atendimento à demanda do CRM-MG.

Valor : R\$164.200,00

Sigiloso : Não

Processo : 25.13.000005733-3

SRP : Não

Critério de Julgamento : MENOR PREÇO POR GRUPO

Modalidade : Aberto

Preferência ME EPP : Não

Margem de Preferência : Não

## **MODELO DE EDITAL**

### **PREGÃO ELETRÔNICO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Processo Administrativo nº 25.13.000005733-3**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2026**  
**Compras.gov.br nº. 90001/2026**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ 22.256.879/0001-70, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado(a) na Rua dos Timbiras, 1200, bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30140-060, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Data da Sessão Pública: XX/XX/2026**

**Hora Inicial: 14:00h**

**Valor Estimado: R\$164.200,00**

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de produção audiovisual institucional, compreendendo: produção de podcasts/videocasts institucionais; captação de imagens e transmissões ao vivo (lives) de eventos institucionais; produção de mini-vídeos para redes sociais; com fornecimento de equipe técnica, equipamentos, softwares, infraestrutura, edição, finalização e entrega dos materiais, em atendimento à demanda do CRM-MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 3 (três) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de

escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOS**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;



4.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as

operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

### **5.1.1. Valor unitário e total expresso em Reais (R\$).**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações

públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$10,00 (dez reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação .
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);
- 6.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto

nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2. empresas brasileiras;

6.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no

certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.9.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.



7.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação

no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo poderão ser disponibilizados aos interessados por meio do e-mail: **compras@crmmg.org.br**.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**11.6.1. Será observado o procedimento previsto na Portaria CRM-MG SEI-Nº 50, de 28 de novembro de 2024**

**(<http://transparencia.crmmg.org.br/images/CRMMG/Compras/Manual-Pro-Sanc-Lic-Cont.pdf>), para todas as penalidades.**

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias

úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **compras@crmmg.org.br**

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **<https://www.crmmg.org.br>**.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR);

13.11.1.2. Estudo Técnico Preliminar;

13.11.2. ANEXO II - Minuta de Contrato

Belo Horizonte , 15 de abril de 2026.



.....  
**Livia Pinheiro de Azevedo**  
**Coordenadora do Setor de Compras e Licitações**

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 0dd7371772118076701



Documento assinado eletronicamente por **Livia Pinheiro de Azevedo, Coordenador(a) do Setor de Compras e Licitação do CRM-MG**, em 15/04/2026, às 15:40, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cfm.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4082060** e o código CRC **2CE592B0**.



Rua dos Timbiras, 1200 - Bairro Boa Viagem |  
CEP 30140-064 | Belo Horizonte/MG -  
<https://www.crmmg.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 25.13.000005733-3 | data de inclusão: 15/04/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

Belo Horizonte, 10 de março de 2026

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

### 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

#### Objeto da contratação

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de produção audiovisual institucional, compreendendo:

produção de podcasts/videocasts institucionais;

captação de imagens e transmissões ao vivo (lives) de eventos institucionais;

produção de mini-vídeos para redes sociais;

com fornecimento de equipe técnica, equipamentos, softwares, infraestrutura, edição, finalização e entrega dos materiais, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Produção de Podcast/Videocast institucional	3778	Unidade	16	R\$ 3.850,00	R\$ 61.600,00
2	Captação de imagens e transmissões ao vivo (lives)	3778	Evento	12	R\$ 4.800,00	R\$57.600,00
3	Produção de mini-vídeos para redes sociais	3778	Unidade	30	R\$1.500,00	R\$45.000,00
Total estimado						164.200,00

Tabela 1

#### Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.1. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

## **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.2. O serviço é enquadrado como contínuo, tendo em vista que a produção de conteúdos audiovisuais institucionais constitui necessidade permanente e recorrente do órgão, essencial ao cumprimento de suas atividades de comunicação institucional, transparência e orientação à sociedade, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

### **Prazo de vigência**

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.3. A necessidade da contratação decorre da demanda permanente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais – CRM-MG por **produção audiovisual institucional qualificada**, destinada à comunicação com médicos, instituições e sociedade em geral, bem como à divulgação de ações institucionais, eventos, campanhas educativas e conteúdos de orientação profissional.

2.4. Atualmente, a produção audiovisual do CRM-MG ocorre de forma **fragmentada e não padronizada**, com dependência de fornecedores eventuais, o que gera **descontinuidade, variação técnica e perda de memória institucional**, conforme diagnosticado no Estudo Técnico Preliminar.

2.5. A contratação integrada de empresa especializada permitirá:

padronização técnica, estética e editorial dos conteúdos audiovisuais;

continuidade operacional e estabilidade da produção;

maior eficiência administrativa e previsibilidade de custos;

fortalecimento da comunicação institucional e do cumprimento dos objetivos estratégicos do órgão.

2.6. A fundamentação da contratação, bem como a definição dos quantitativos estimados, encontram-se **pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar**, que integra o presente Termo de Referência como seu apêndice, nos termos do art. 6º, XXIII, “b”, da Lei nº 14.133/2021.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO** (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”)

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Descrição do Serviço

### **3.2.1. Serviço 1- Podcast/Videocast Institucional**

A contratação deverá contemplar a produção de até 16 episódios anuais, com duração aproximada de 50 minutos, incluindo:

Produção completa, compreendendo gravação, edição, correção de cor, tratamento de áudio, vinheta de abertura e encerramento, créditos, vírgula sonora, com atualização/renovação anual, legendas e inserção de imagens devidamente licenciadas;

Equipe técnica mínima: cinegrafista e técnico de áudio;

Captação de áudio, iluminação, administração de conteúdo apresentado in locu e transmissão on line;

Entrega de 2 pílulas audiovisuais por episódio, com duração máxima de até 2 minutos cada;

Prazo máximo de entrega do material de até 2 (dois) dias úteis após a gravação;

Disponibilização de até 3 (três) rodadas de revisão por episódio, com retorno de até 2 dias úteis;

Prazo máximo de entrega do material final em até 2 (dois) dias úteis após aprovação do CRM;

A entrega deverá ocorrer em arquivo de áudio finalizado (ex. MP3 ou WAV) e arquivo de vídeo finalizado (ex. MP4, Full HD ou superior) e em versões prontas para publicação em plataformas digitais;

Os materiais deverão ser entregues em formato digital, por meio de link para download ou mídia definida pela contratante, dentro dos prazos estabelecidos;

Publicação nos canais indicados pelo CRM-MG (conteúdos nos principais agregadores de podcast e plataformas de vídeo.), no prazo máximo de 1 (um) dia útil após solicitação formal do CRM/MG.

Requisitos técnicos mínimos:

Fones de retorno profissionais (mínimo de 5 unidades);

Mesa de corte com, no mínimo, 4 entradas HDMI;

Captação de áudio com pelo menos 2 canais, incluindo microfones de lapela e 4 microfones de mesa para podcast com haste flexível de, no mínimo, 45 cm;

Iluminação composta por softboxes, luminárias LED (luz verde) e tripés;

Equipamentos complementares, tais como teleprompter, monitores e flash.

Microfones de lapela;

Captação multicâmeras, com mínimo de 3 câmeras fixas e 1 câmera móvel;

Os equipamentos devem estar montados e prontos para verificação e testagem do CRM-MG pelo menos 1 (uma hora) antes das gravações.

### **3.2.2. Captação de Imagens e Transmissões ao Vivo (Lives)**

As transmissões ao vivo referem-se a eventos institucionais do CRM-MG, tais como fóruns, cursos e simpósios, devendo contemplar:

Até 12 transmissões ao vivo por ano;

Captação multicâmeras, com mínimo de 3 câmeras fixas e 1 câmera móvel;

Cobertura mobile para bastidores e produção de conteúdo para redes sociais;

Entrega de pílulas audiovisuais, captadas por mobile, durante a realização do evento;

Entrega de vídeo final editado (after movie), quando necessário, em até 24 (vinte e quatro) horas após encerramento do evento;

Disponibilização de até 3 (três) rodadas de revisão, com retorno de até 8 horas;

Produção completa, compreendendo gravação, edição, correção de cor, tratamento de áudio, vinheta de abertura e encerramento e créditos, legendas e inserção de imagens e trilhas sonoras devidamente licenciadas;

Requisitos técnicos mínimos:

Equipe mínima:

Mesa de corte com, no mínimo, 4 entradas HDMI;

Câmeras: 3 Full HD + 1 móvel (podendo ser mobile).

Iluminação adequada, composta por softboxes e luminárias LED;

Equipe técnica compatível com transmissões ao vivo e controle de qualidade de áudio e vídeo;

Microfones de lapela;

Equipamentos adicionais, tais como teleprompter, monitores e flash.

### **3.2.3. Mini-Vídeos para Redes Sociais**

A contratação deverá prever a produção de até 30 mini-vídeos anuais, entre vídeos temáticos e de cobertura de eventos, com duração média aproximada de 3 minutos, incluindo:

Gravação, edição, correção de cor, tratamento de áudio, legendas, vinheta de abertura e encerramento e créditos, alinhada a identidade institucional do CRM-MG;

Utilização de bancos de imagens, inserção de imagens e trilhas sonoras e vídeos devidamente licenciados;

Entrega de mini-vídeos de eventos no mesmo dia e mini-vídeos temáticos em até 3 (três) dias. Disponibilização de até 3 (três) rodadas de revisão para os mini-vídeos temáticos, com retorno de até 1 (um) dia útil;

Formatos mínimos exigidos:

YouTube: 1920 × 1080;

Instagram Feed: 1080 × 1350 (4:5);

Stories/Reels: 1080 × 1920 (9:16).

A contratada deverá realizar as adaptações necessárias caso as plataformas digitais alterem seus padrões técnicos de publicação.

Requisitos técnicos mínimos:

Equipe mínima: cinegrafista, técnico de áudio.

Câmeras: 1 Full HD + 1 móvel (podendo ser mobile).

Áudio: microfones (lapela e boom), gravador multicanal.

Iluminação: 3 softboxes, LEDs, tripés;

Infraestrutura adicional: teleprompter, monitores, estabilizadores, flash.

Administração de conteúdo em tempo real e transmissão.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (art. 6º, inciso XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021)

### **Sustentabilidade**

Além dos aspectos de sustentabilidade já incorporados à descrição da solução, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

- 4.1. Utilização prioritária de equipamentos de baixo consumo energético, especialmente iluminação LED, sempre que tecnicamente viável;
- 4.2. Planejamento das atividades de gravação e transmissão de modo a reduzir deslocamentos desnecessários, contribuindo para a diminuição da emissão de poluentes;
- 4.3. Armazenamento digital dos materiais produzidos, evitando impressões e mídias físicas, salvo quando expressamente solicitado pela Administração;
- 4.4. Destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados, em conformidade com a legislação vigente.

### **Subcontratação**

- 4.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto deste Termo de Referência até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato
- 4.6. É vedada a subcontratação da parcela de maior relevância do objeto contratado, especialmente no que se refere à edição final e à finalização dos materiais audiovisuais, por se tratarem de etapas essenciais para assegurar a padronização, a identidade institucional e a qualidade técnica dos produtos entregues ao CRM-MG.
- 4.6.1. É vedada a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas que estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 4.7. *Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto, restrita exclusivamente às seguintes atividades técnicas e de apoio:*
- a) Sonoplastia e licenciamento de trilhas sonoras
  - b) Serviços de locução específica;
  - c) Serviços técnicos especializados (ex: especialistas em acessibilidade/LIBRAS ou corretores de cor);
  - d) Operação técnica de streaming;
  - e) Locação e fornecimento de equipamentos e infraestrutura de hardware;
  - f) Disponibilização de plataforma e infraestrutura de transmissão digital.
- 4.8. *Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.*
- 4.9. *A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.*
- 4.10. *O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.*
- 4.11. *É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.*

### **Garantia da contratação**

4.13. Não haverá exigência de garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. Vistoria**

5.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia (*vistoria*) do local de execução dos serviços como requisito de habilitação ou de elaboração da proposta, pois as especificações do objeto (produção audiovisual) são objetivas e passíveis de conhecimento e cumprimento por qualquer licitante qualificado. As condições de gravação na sede do CRM-MG ou em outros locais na cidade de Belo Horizonte/MG serão detalhadas no Termo de Referência, conforme item

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.**

### **6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL** (art. 6º, XXIII, alínea “e”, da Lei nº 14.133/2021)

6.1. Os serviços serão executados sob demanda, ao longo da vigência contratual, com início a partir da assinatura do contrato, conforme solicitação formal da Administração.

#### **Disponibilidade e Horário de Execução**

6.2. As gravações ocorrerão majoritariamente na sede do CRM-MG, em Belo Horizonte, podendo ser realizadas em outros locais na cidade de Belo Horizonte em dias úteis, fins de semana e feriados e podem se estender para além do horário comercial. A Contratada deverá manter disponibilidade e estar apta a prestar os serviços nos horários especificados na Ordem de Serviço, devendo todos os custos inerentes a essas condições (incluindo encargos de pessoal por trabalho noturno, horas extras, etc.) já estarem integralmente considerados nos preços unitários propostos.

#### **Formalização da Demanda (Ordem de Serviço)**

6.3. A Contratante solicitará formalmente a execução dos serviços por meio de Ordem de Serviço (OS), enviada à Contratada via e-mail oficial, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos da data prevista para a prestação do serviço. A OS deverá confirmar a data, o período, o horário exato da prestação, o local e o tipo de serviço a ser prestado.

#### **Condições de Entrega**

6.4. A entrega dos produtos decorrentes da presente contratação estará condicionada ao cumprimento integral do fluxo de aprovação, dos prazos, das especificações técnicas e dos critérios editoriais definidos pelo Departamento de Comunicação do CRM-MG.

6.5. Para a execução dos serviços será fornecido pelo Departamento de Comunicação do CRM-MG, dos insumos necessários à produção, tais como objetivo editorial, temática, pauta, briefing, roteiro, pesquisa de conteúdo e identidade visual, observados os prazos mínimos estabelecidos para cada tipo de produto.

6.6. Para a edição dos podcasts e videocasts, o Departamento de Comunicação do CRM-MG entregará previamente a identidade visual e as artes com um dia de antecedência da gravação, para ser inseridas na edição.

6.7. Após a prestação dos serviços de captação, gravação ou transmissão, a Contratada deverá encaminhar ao Departamento de Comunicação do CRM-MG a primeira versão dos produtos audiovisuais, por meio eletrônico, respeitando os prazos máximos de entrega definidos neste Termo de Referência.

6.8. O Departamento de Comunicação do CRM-MG realizará a análise técnica, editorial e institucional do material entregue e, caso identifique a necessidade de correções, complementações ou melhorias, encaminhará à Contratada, por meio eletrônico, relatório

contendo as alterações a serem realizadas.

6.9. A Contratada deverá proceder às correções solicitadas e realizar nova entrega do material ajustado, sem ônus adicional, no prazo a ser indicado pelo CRM-MG, observado o princípio da razoabilidade e a complexidade das alterações demandadas.

6.10. Considera-se como entrega válida aquela que atender simultaneamente:

I – ao briefing aprovado;

II – às especificações técnicas e editoriais estabelecidas;

III – aos prazos de entrega definidos; e

IV – à aprovação formal do Departamento de Comunicação do CRM-MG.

6.11. Após a aprovação técnica e editorial pelo Departamento de Comunicação, os produtos poderão ser submetidos à análise e aprovação da Diretoria e/ou da Presidência do CRM-MG, quando aplicável, sendo a entrega considerada concluída somente após a aprovação final.

6.12. A aprovação final será formalizada pelo Departamento de Comunicação do CRM-MG à Contratada, por meio eletrônico, caracterizando a conclusão do serviço e habilitando o produto ao recebimento provisório e à medição para fins de pagamento.

6.13. As pílulas audiovisuais captadas durante eventos por meio de dispositivos móveis (mobile) serão consideradas entregues mediante aprovação in loco, no mesmo dia, pelo fiscal designado pelo CRM-MG, condição indispensável para sua publicação.

6.14. O vídeo final editado (after movie), quando aplicável, deverá ser entregue no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento do evento, sujeitando-se às mesmas condições de análise, correção e aprovação previstas neste Termo de Referência.

6.15. Para mini-vídeos temáticos e vídeos de cobertura de eventos, a o Departamento de Comunicação do CRM-MG fornecerá o briefing e o roteiro/storyboard. Os mini-vídeos de eventos deverão ser entregues **no mesmo dia** e mini-vídeos temáticos em até **3 (três) dias úteis**.

6.17. O descumprimento dos prazos de entrega, a não observância das especificações técnicas ou a entrega de produtos em desacordo com o briefing aprovado poderá ensejar glosa, rejeição do material, não ateste para pagamento e aplicação das sanções contratuais cabíveis.

6.18. A entrega deverá ocorrer em arquivo de áudio finalizado (ex. MP3 ou WAV) e arquivo de vídeo finalizado (ex. MP4, Full HD ou superior) e em versões prontas para publicação em plataformas digitais;

6.19. Os formatos mínimos exigidos:

YouTube: 1920 × 1080;

Instagram Feed: 1080 × 1350 (4:5);

Stories/Reels: 1080 × 1920 (9:16).

6.19.1. A contratada deverá realizar as adaptações necessárias caso as plataformas digitais alterem seus padrões técnicos de publicação

### **Especificação da garantia do serviço**

6.20. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **7. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL**



7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. A contratada deverá designar formalmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, representante que será o contato formal com o CRM-MG.

7.4. As comunicações entre o CRM-MG e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.5. O CRM-MG poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.6. Após a assinatura do contrato, o CRM-MG poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização e detalhamento da execução dos serviços, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

7.7. A contratada deverá manter preposto da empresa no local de execução dos serviços, nos dias de eventos e enquanto durarem estes com poderes para tomada de decisão e solução de possíveis problemas, que deverá ser indicado com pelo menos 1 (um) dia antes da prestação do serviço.

7.7.1. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

7.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

7.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

7.19. Cabe ao gestor do contrato:

7.19.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.19.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.19.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.19.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.19.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.19.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.1. não produziu os resultados acordados;

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1. Relativamente a cada evento executado, o pagamento será devido tão somente em relação aos itens relacionados na respectiva Ordem de Serviço, que tiver sido efetivamente enviada ao Fornecedor/Contratada, e somente com relação aos itens efetivamente executados no evento, considerando também os seus aditamentos para a supressão ou acréscimo de itens ou quantitativos;

8.4.2. As unidades de medida aplicáveis aos itens serão somente as constantes dos Anexos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência;

8.4.3. A produtividade de referência será aquela que atinja 0% de intercorrências, sendo dimensionado pelo IMR o percentual máximo de redimensionamento de 20%, no caso de ocorrência de uma de cada infração prevista.

8.4.4. São indicadores mínimos de desempenho:

8.4.4.1. O atendimento dentro dos prazos consignados;

8.4.4.2. A aderência às especificações dos serviços prestados e dos produtos fornecidos;

8.4.4.3. A qualidade dos serviços prestados e dos produtos fornecidos.

8.4.4.4. Caso seja ultrapassado o percentual acima de 20% no redimensionamento, em função da recorrência de mesma infração, poderão ser aplicadas as sanções administrativas previstas neste Termo de Referência.

8.5. A cada pagamento será aplicado, para verificação da quantidade, qualidade, tempo e modo no procedimento de recebimento do objeto da prestação do serviço/fornecimento, o IMR.

8.6. Os pagamentos serão realizados com base nas unidades de medida efetivamente executadas e concluídas.

## **Do Recebimento**

8.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo

8.8. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.9. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.10. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.11. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.12. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período referente ao evento realizado.

8.13. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.13.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.14. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último

8.15. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.16. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato

dimensionado pela fiscalização.

8.19.5. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.27. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.28.2. identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize

sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.33. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

8.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 17/12/2025.

8.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a

partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de crédito**

8.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.47.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL 01, de 18 de maio de 2020.

8.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo

justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.2.4 Multa:

9.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

9.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

9.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor da contratação.

9.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor da contratação

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.3.1. Será observado o procedimento previsto na Portaria CRM-MG SEI-Nº 50, de 28 de novembro de 2024 (<http://transparencia.crmmg.org.br/images/CRMMG/Compras/Manual-Pro-Sanc-Lic-Cont.pdf>), para todas as penalidades.

9.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



9.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, **aplicando-se, também, o procedimento previsto na Portaria CRM-MG SEI-Nº 50, de 28 de novembro de 2024 (<http://transparencia.crmmg.org.br/images/CRMMG/Compras/Manual-Pro-Sanc-Lic-Cont.pdf>)**, para todas as penalidades.

9.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

9.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total

ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

10.2. O regime de execução do objeto será empreitada por preço global.

### **Exigências de habilitação**

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a

Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

10.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

### **Qualificação Técnica**

10.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.32.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

### **Qualificação Técnico Operacional**

10.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.34. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços integrados de produção audiovisual, cuja comprovação de capacidade técnica poderá ser feita por meio de:

10.34.1. um único atestado que contemple todos os itens do escopo; ou

10.34.2. atestados distintos que, em conjunto, demonstrem aptidão para os serviços de podcast/videocast, transmissões ao vivo e produção de vídeos para redes sociais.

10.34.3. Os atestados deverão conter, no mínimo:

- identificação da entidade emitente;
- descrição dos serviços executados;
- período de realização;
- declaração de que os serviços foram prestados a contento.

10.34.4. A licitante deverá apresentar declaração de que possui, diretamente ou por meio de subcontratação permitida em edital, infraestrutura técnica compatível com o objeto, incluindo:

- equipamentos de captação de áudio e vídeo adequados à produção de podcast/videocast;
- equipamentos compatíveis com transmissões ao vivo multicâmera;
- softwares de edição, pós-produção e finalização audiovisual;
- recursos técnicos necessários para entrega dos vídeos nos formatos exigidos por plataforma.

10.35. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.36 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.38. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.39. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### Equipe técnica mínima

10.40 Para a execução do objeto, a licitante deverá garantir a disponibilidade de equipe técnica qualificada, composta por profissionais com as seguintes competências, permitida a acumulação de funções desde que demonstrada a compatibilidade de carga horária e qualificação:

- I. profissional responsável pela coordenação da produção audiovisual;
- II. profissional com experiência em captação e edição de áudio;
- III. profissional com experiência em captação e edição de vídeo;
- IV. operador técnico para transmissões ao vivo com captação multicâmera.

10.41. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar apenas Declaração de Compromisso, formalizando que dispõe ou disporá dos profissionais com as qualificações exigidas no item 10.40 por ocasião da assinatura do contrato.

10.42. No ato da assinatura do contrato, como condição para a eficácia do ajuste, a licitante vencedora deverá encaminhar ao CRM-MG:

I. Os currículos resumidos dos profissionais que comporão a equipe;

II. Comprovação de vínculo (seja por CTPS, contrato de prestação de serviços, ou declaração de disponibilidade assinada pelo profissional).

#### Infraestrutura e recursos técnicos

10.43. A licitante deverá apresentar declaração de disponibilidade de infraestrutura técnica, podendo esta ser **própria, locada ou provida por subcontratadas**, desde que assegurada a plena compatibilidade com o objeto, incluindo:

I. equipamentos de captação de áudio e vídeo adequados à produção de podcast/videocast;

II. equipamentos compatíveis com transmissões ao vivo multicâmera;

III. softwares de edição, pós-produção e finalização audiovisual;

IV. recursos técnicos necessários para entrega dos vídeos nos formatos exigidos por plataforma.

10.44. A comprovação da posse ou dos contratos de locação dos equipamentos descritos no item 10.43 do TR (4.1.9.7 do ETP) poderá ser exigida pelo CRM-MG no ato da assinatura do contrato ou na reunião de início dos serviços (*kick-off*), como condição para o início da execução.

10.45. Apresentar Declaração Formal na qual se compromete a fiscalizar e gerenciar a atuação de eventuais subcontratadas para garantir o cumprimento dos padrões de qualidade e segurança estabelecidos pelo CRM-MG.

#### Disposições gerais sobre habilitação

10.46. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.47 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.48. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.49. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza,

comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.50. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

10.51. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.51.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.51.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.51.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.51.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.51.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.51.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.51.6.1. ata de fundação;

10.51.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.51.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.51.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.51.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.51.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.51.6.7. última auditoria contábil financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 164.200,00 (cento e sessenta e quatro mil e duzentos reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1. acima.

## **12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

5.2.2.1.1.33.90.39.031 SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTOS.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **13. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## ANEXO I

### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

#### GRAU DE RELEVÂNCIA - CORRESPONDÊNCIA

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	Glosa de <b>0,5%</b> sobre o valor da Ordem de Serviço
2	Glosa de <b>1,0%</b> sobre o valor da Ordem de Serviço
3	Glosa de <b>1,5%</b> sobre o valor da Ordem de Serviço

ORDEM	FAMÍLIA DE ITENS	INFRAÇÃO	GRAU	GLOSA
1	Qualidade Técnica Audiovisual	1.1 Entrega de áudio com ruídos, distorções ou qualidade inferior às especificações contratuais	2	1,00%
		1.2 Entrega de vídeo com resolução, enquadramento ou iluminação inferiores ao contratado	2	1,00%
		1.3 Falha na sincronização entre áudio e vídeo	1	0,50%
		1.4 Edição e finalização em desacordo com padrões profissionais definidos no TR	2	1,00%
		1.5 Material final entregue com erros técnicos que inviabilizem sua publicação	3	1,50%
2	Comunicação Institucional	2.1 Conteúdo em desacordo com a identidade visual institucional enviada pelo CRM-MG	2	1,00%
		2.2 Linguagem ou narrativa inadequadas ao público institucional	1	1,00%

3	Prazos e Entregas	3.1 Atraso na execução ou entrega do material audiovisual em relação ao prazo definido na OS	2	1,00%
		3.2 Não comparecimento ou atraso da equipe técnica em gravações ou transmissões	2	1,00%
4	Recursos Humanos	4.1 Ausência de profissional da equipe mínima exigida em contrato	3	1,50%
		4.2 Profissional sem qualificação técnica compatível com a função desempenhada	2	1,00%
		4.3 Acúmulo indevido de funções pela equipe, comprometendo a execução do serviço	1	0,50%
5	Execução Operacional	5.1 Utilização de equipamentos incompatíveis com a complexidade da demanda	2	1,00%
		5.2 Falhas técnicas em transmissões ao vivo que comprometam sua continuidade ou qualidade	3	1,50%
6	Conformidade Legal	6.1 Utilização de trilhas, imagens ou vídeos sem licenciamento adequado	3	1,50%
		6.2 Descumprimento das normas da LGPD no tratamento de dados pessoais e imagens	3	1,50%
7	Memória Técnica e Arquivamento	7.1 Não entrega ou organização inadequada dos arquivos brutos e finais	2	1,00%
		7.2 Falta de versionamento ou perda de histórico dos materiais produzidos	1	1,00%

Total = 20.0%



Documento assinado eletronicamente por **André Guerra de Souza, Agente Administrativo**, em 07/04/2026, às 16:34, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).





A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cfm.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3876538** e o código CRC **40AC52A7**.



Rua dos Timbiras, 1200 - Bairro Boa Viagem |  
CEP 30140-064 | Belo Horizonte/MG -  
<https://www.crmmg.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 25.13.000005733-3 | data de inclusão: 10/03/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

### I – INFORMAÇÕES GERAIS

#### 1. Equipe de Planejamento – Responsáveis

Processo SEI: 25.13.000005733-3			
Nome	Cargo/função	Matrícula	E-mail
Samuel Pires de Moraes Teixeira	Conselheiro	CRM 48973-MG	samuel.teixeira@crmmg.org.br
Lúcio Magno Vieira Andrade	Superintendente	21	lucio.andrade@crmmg.org.br
Camila Figueiredo da Paz	Secretária	941	camila.paz@crmmg.org.br
Patrícia Moura Barbosa	Agente Adm.	266	patricia.barbosa@crmmg.org.br

### II – NECESSIDADE – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

#### 2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

2.1. Atualmente, a produção de podcasts, mini-vídeos, captação de imagens e transmissões ao vivo é realizada por agência de publicidade que não dispõe de equipe fixa dedicada ao CRM-MG, resultando na alocação rotativa de profissionais e equipamentos a cada demanda. Esse arranjo dificulta a manutenção de padrão técnico e estético, bem como a consolidação de memória técnica sobre nossos formatos, linguagem.

2.2. Esta demanda é de natureza estratégica e está intrinsecamente ligada ao **Planejamento Estratégico do CRM-MG para o Ciclo 2024-2028**, sendo o problema atual um obstáculo direto para o cumprimento dos seguintes Objetivos Estratégicos (OE):

**OE4: Aprimorar as formas de comunicação para com os médicos e a sociedade:** A inconsistência e a falta de padronização nas mídias audiovisuais comprometem a credibilidade e a eficácia da informação, impedindo o aprimoramento contínuo das formas de comunicação.

**OE5: Normalizar os fluxos de comunicação e de divulgação das informações:** A instabilidade na origem da execução do serviço (rotação de pessoal e padrão técnico variável) impede que o DECOM estabeleça e mantenha fluxos de produção e *templates* normatizados e eficientes.

**OE1: Fortalecer a relação com médicos e com a sociedade e zelar pelo exercício ético da medicina:** A comunicação audiovisual é um canal de contato de alto impacto. A inconsistência na produção gera fragilidade na imagem institucional, o que é um fator de risco para o fortalecimento da relação com os jurisdicionados e a sociedade.

2.3. Desse modo, com vistas à redução de custos e, principalmente, à padronização e consistência das entregas, propõe-se a contratação, por licitação, de empresa especializada com equipe qualificada, capaz de acumular aprendizado sobre os objetivos e a abordagem comunicacional do Conselho, elevando a qualidade das peças a cada ciclo produtivo. A continuidade da composição da equipe originalmente constituída é recomendada, de modo a garantir a padronização dos procedimentos, a previsibilidade do atendimento e a qualidade técnica dos serviços prestados. Eventuais substituições de profissionais deverão ser justificadas, comunicadas previamente à contratante e realizadas mediante a designação de profissionais com qualificação técnica equivalente ou superior, assegurada a adequada transferência de conhecimento e a preservação dos padrões técnicos, estéticos e operacionais previamente estabelecidos.

2.4. A solução demanda infraestrutura, equipamentos e softwares específicos e profissionais especializados (editores, cinegrafistas), atualmente inexistentes no quadro interno. Trata-se de medida estratégica para aprimorar a qualidade da comunicação institucional, reforçando a observância do princípio da publicidade da Administração Pública e potencializando o alcance e o engajamento nos canais de comunicação oficiais do CRM-MG.

2.5. A necessidade, portanto, é a de estabelecer um novo arranjo contratual que possa garantir a **continuidade e a consistência técnica na prestação dos serviços**, a padronização técnica e a economicidade, superando as deficiências do modelo atual e fornecendo as condições necessárias para o atingimento das metas do Plano Estratégico. A prospeção de soluções (Tópico 5) irá avaliar as alternativas para responder a esta necessidade.

#### 3. Área Requisitante

Departamento de Comunicação

Responsável: Janaína Moura Meirelles, Gerente, matrícula funcional: 932.

#### 4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

4.1. Os requisitos da contratação são estabelecidos visando garantir a qualidade, a consistência técnica e o alinhamento dos serviços de produção audiovisual com a estratégia de comunicação institucional do CRM-MG, superando as deficiências identificadas no modelo atual (baixa padronização, falta de memória técnica e redução de custos).

4.1.1 Fornecer **todos os equipamentos, softwares, licenças, infraestrutura técnica e equipe profissional** necessários à execução integral dos serviços, sem qualquer ônus adicional ao CRM-MG;

4.1.2 Disponibilizar **equipe técnica mínima qualificada**, composta, no mínimo, por cinegrafista e técnico de áudio, podendo ser ampliada conforme a complexidade de cada demanda; Lembrando que a continuidade da composição da equipe originalmente constituída é recomendada, de modo a garantir a padronização dos procedimentos, a previsibilidade do atendimento e a qualidade técnica dos serviços prestados. Eventuais substituições de profissionais deverão ser justificadas, comunicadas previamente à contratante e realizadas mediante a designação de profissionais com qualificação técnica equivalente ou superior, assegurada a adequada transferência de conhecimento e a preservação dos padrões técnicos, estéticos e operacionais previamente estabelecidos.

4.1.3 Executar os serviços nas dependências do CRM-MG, em Belo Horizonte/MG, bem como em outros locais indicados pelo Conselho, nos limites da cidade de Belo Horizonte/MG, inclusive **fora do horário comercial**, quando necessário;

4.1.4 Seguir **à identidade visual institucional enviada pelo CRM-MG** e, bem como às especificações técnicas exigidas por cada plataforma digital;

4.1.5 Assegurar a **regularidade dos direitos autorais**, incluindo o licenciamento de trilhas sonoras, imagens, vídeos e demais elementos utilizados;

4.1.6 Realizar o **armazenamento seguro e organizado** dos arquivos brutos e finais, garantindo histórico, versionamento e integridade dos materiais produzidos.

4.1.7 Garantir o atendimento ao estabelecido na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;

4.1.8 Para fins de habilitação, a empresa vencedora deverá comprovar aptidão técnica para a execução do objeto, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, mediante a apresentação dos seguintes requisitos:

##### Capacidade técnico-operacional

4.1.8.1. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços integrados de produção audiovisual, cuja comprovação de capacidade técnica poderá ser feita por meio de:

I. um único atestado que contemple todos os itens do escopo; ou

II. atestados distintos que, em conjunto, demonstrem aptidão para os serviços de podcast/videocast, transmissões ao vivo e produção de vídeos para redes sociais.

4.1.8.2 Os atestados deverão conter, no mínimo:

I. identificação da entidade emitente;

II. descrição dos serviços executados;

III. período de realização;

IV. declaração de que os serviços foram prestados a contento.

4.1.8.3 Não será exigida identidade absoluta entre os serviços comprovados e o objeto licitado, sendo suficiente a compatibilidade em características, complexidade e natureza.

##### Equipe técnica mínima

4.1.9.4 Para a execução do objeto, a licitante deverá garantir a disponibilidade de equipe técnica qualificada, composta por profissionais com as seguintes competências, permitida a acumulação de funções desde que demonstrada a compatibilidade de carga horária e qualificação:

I. profissional responsável pela coordenação de produção audiovisual;

II. profissional com experiência em captação e edição de áudio;

- III. profissional com experiência em captação e edição de vídeo;
- IV. operador técnico para transmissões ao vivo com captação multicâmera.

4.1.9.5. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar apenas Declaração de Compromisso, formalizando que dispõe ou disporá dos profissionais com as qualificações exigidas no item 4.1.9.4 por ocasião da assinatura do contrato.

4.1.9.6. No ato da assinatura do contrato, como condição para a eficácia do ajuste, a licitante vencedora deverá encaminhar ao CRM-MG:

- I. Os currículos resumidos dos profissionais que comporão a equipe;
- II. Comprovação de vínculo (seja por CTPS, contrato de prestação de serviços, ou declaração de disponibilidade assinada pelo profissional).

Infraestrutura e recursos técnicos

4.1.9.7. A licitante deverá apresentar declaração de disponibilidade de infraestrutura técnica, podendo esta ser **própria, locada ou provida por subcontratadas**, desde que assegurada a plena compatibilidade com o objeto, incluindo:

- I. equipamentos de captação de áudio e vídeo adequados à produção de podcast/videocast;
- II. equipamentos compatíveis com transmissões ao vivo multicâmera;
- III. softwares de edição, pós-produção e finalização audiovisual;
- IV. recursos técnicos necessários para entrega dos vídeos nos formatos exigidos por plataforma.

4.1.9.8. A comprovação da posse ou dos contratos de locação dos equipamentos descritos no item 4.1.9.7 poderá ser exigida pelo CRM-MG no ato da assinatura do contrato ou na reunião de início dos serviços (*kick-off*), como condição para o início da execução.

4.1.9.9. Apresentar Declaração Formal na qual se compromete a fiscalizar e gerenciar a atuação de eventuais subcontratadas para garantir o cumprimento dos padrões de qualidade e segurança estabelecidos pelo CRM-MG.

Sustentabilidade

4.2.A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade, conforme o Art. 11, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, a serem detalhadas no Termo de Referência:

- I. **Eficiência Energética:** Utilizar equipamentos de iluminação de baixo consumo energético, como a tecnologia **LED** nas gravações e estúdios.
- II. **Logística Sustentável:** Priorizar a logística eficiente, como o **agrupamento de pautas e gravações**, a fim de reduzir o deslocamento da equipe e o consumo de combustíveis.
- III. **Gestão de Resíduos:** Dar preferência ao **armazenamento digital** e eletrônico dos conteúdos, minimizando o uso de mídias físicas e incentivando o **descarte correto de pilhas e baterias** usadas nos equipamentos.

Subcontratação

4.3.Não será admitida a subcontratação do objeto contratual principal, tendo em vista a necessidade de garantir a integral e estável execução do objeto pela contratada, conforme justificado no item 6 (Comparativo das Soluções), visando a manutenção da padronização e da memória técnica.

4.3.1 Será permitida a subcontratação dos serviços elencados a seguir, limitando ao percentual máximo de 25% do valor contratual:

- I. Sonoplastia ou trilhas;
- II. Locução específica;
- III. Serviços Técnicos especializados;
- IV. Operação técnica de streaming;
- V. Fornecimento de equipamentos; e
- VI. Plataforma e infraestrutura de transmissão

- 4.3.2 A subcontratação se justifica pela necessidade de expertise técnica específica e uso de equipamentos especializados, garantindo maior qualidade técnica na transmissão ao vivo, confiabilidade operacional e mitigação de riscos técnicos, possibilitando o cumprimento dos padrões técnicos e prazos exigidos pela Administração.
- 4.3.3 A empresa contratada permanece integralmente responsável pela execução do contrato, pela qualidade dos serviços prestados e pelo cumprimento de todas as obrigações legais, contratuais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais, nos termos do edital e da legislação vigente.

Garantia da Contratação

4.4.Não se verifica a necessidade de exigência da garantia da contratação, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando que os serviços a serem contratados possuem natureza de **serviços comuns de comunicação audiovisual**. A exigência de garantia não se revela imprescindível para a segurança da contratação e pode onerar excessivamente o licitante.

- 4.4.1 Outrossim, serão previstas, no Termo de Referência e no Contrato, sanções administrativas por inexecução total ou parcial contratual, bem como a possibilidade de glosa ou retenção de pagamento proporcional ao valor do serviço mal executado ou não executado, garantindo o ressarcimento imediato ao CRM-MG.
- 4.4.2 Acrescenta-se, também, que a dispensa da garantia reduz os encargos operacionais e financeiros da licitante, contribuindo para **ampliar a competitividade do certame**, aumentando as chances de obtenção da proposta mais vantajosa para o CRM-MG.

Vistoria

4.5.Não há necessidade de realização de avaliação prévia (*vistoria*) do local de execução dos serviços como requisito de habilitação ou de elaboração da proposta, pois as especificações do objeto (produção audiovisual) são objetivas e passíveis de conhecimento e cumprimento por qualquer licitante qualificado. As condições de acesso e gravação na sede do CRM-MG ou em outros locais na cidade de Belo Horizonte/MG serão detalhadas no Termo de Referência.

Serviço Contínuo

4.6.Os serviços de produção audiovisual (podcast, mini vídeos, captação de imagens e transmissões online), embora possuam entregas por escopo e demanda (16 podcasts/ano; 12 transmissões ao vivo/ano e 30 minivídeos/ano), **caracterizam-se como serviços contínuos** para a Administração, pois são essenciais para a **manutenção da atividade finalística de comunicação, orientação e transparência** do CRM-MG.

· O objeto da contratação atua como atividade-meio essencial para o cumprimento direto dos seguintes **Objetivos Estratégicos (OE)** do Conselho, conforme o Mapa Estratégico para o Ciclo 2024-2028:

Objetivo Estratégico (OE)	Descrição do OE	Vinculação do Serviço Audiovisual (Justificativa)
OE4	Aprimorar as formas de comunicação para com os médicos e a sociedade.	A produção regular de <i>podcasts</i> e <i>mini-vídeos</i> é o meio escolhido para modernizar e aprimorar o alcance e a qualidade da comunicação com o público-alvo.
OE1	Fortalecer a relação com médicos e com a sociedade e zelar pelo exercício ético da medicina.	As <i>lives</i> e <i>videocasts</i> servem como canais diretos para o aconselhamento e a educação médica continuada (OE7), essenciais para o exercício ético da medicina, fortalecendo a relação com os jurisdicionados.
OE5	Normatizar os fluxos de comunicação e de divulgação das informações.	A contratação integrada garante a estabilidade e a padronização das entregas, permitindo que o Conselho normatize e mantenha fluxos de divulgação consistentes, que eram o problema da solução anterior

		(agência).

· Dessa forma, a interrupção da contratação geraria prejuízo à manutenção dos serviços de comunicação e ao atingimento dos objetivos estratégicos do CRM-MG, justificando o enquadramento como Serviço Contínuo, com fundamento no Art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

**Duração da Contratação**

- 4.7. Em razão do enquadramento do objeto como **serviço contínuo** (conforme justificado no item anterior), a contratação terá a duração inicial de **12 (doze) meses**, contado a partir da data de assinatura do contrato.
- A prorrogação do contrato será admitida, se for de interesse da Administração, mediante avaliação formal da vantajosidade e previsão no edital, nos seguintes termos:
- I. Prazo Máximo (Vigência Decenal):** O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente por períodos anuais, **respeitada a vigência máxima decenal**, ou seja, **10 (dez) anos (120 meses)**, conforme estabelecido no *caput* do Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
- II. Condição de Prorrogação:** A decisão de prorrogação será formalizada mediante termo aditivo, devendo ser precedida da comprovação de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o CRM-MG, atestada pela autoridade competente.
- III. Fundamento Legal:** O Art. 107 da Lei nº 14.133/2021 permite que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos sejam prorrogados sucessivamente, respeitando a vigência máxima de **10 (dez) anos**, desde que a Administração ateste a vantajosidade e as condições contratuais.
- A prorrogação contratual implicará à contratada a atualização dos equipamentos, softwares e demais itens contratuais para evitar a obsolescência do objeto contratado.

**Requisitos Específicos dos Serviços**

**4.8. Serviço 1- Podcast/Videocast Institucional**

- A contratação deverá contemplar a produção de até **16 episódios anuais**, com duração aproximada de 50 minutos, incluindo:
- I. Produção completa compreendendo gravação, edição, correção de cor, tratamento de áudio, vinheta de abertura e encerramento e créditos, legendas e inserção de imagens devidamente licenciadas;
- II. Equipe técnica mínima: cinegrafista e técnico de áudio;
- III. Captação de áudio, iluminação, administração de conteúdo apresentado in locu e transmissão on line;
- IV. Entrega de **2 pílulas audiovisuais por episódio**, com duração máxima de até 2 minutos cada;
- V. Prazo máximo de entrega do material de **até 2 (dois) dias úteis** após a gravação;
- VI. Disponibilização de até **3 (três) rodadas de revisão por episódio, com retorno de até 2 dias úteis**;
- VII. Prazo máximo de entrega do material final em **até 2 (dois) dias úteis** após aprovação do CRM;
- VIII. A entrega deverá ocorrer em arquivo de áudio finalizado (ex. MP3 ou WAV) e arquivo de vídeo finalizado (ex. MP4, Full HD ou superior) e em versões prontas para publicação em plataformas digitais;
- IX. Os materiais deverão ser entregues em formato digital, por meio de link para download ou mídia definida pela contratante, dentro dos prazos estabelecidos;
- X. Publicação nos canais indicados pelo CRM-MG (conteúdos nos principais agregadores de podcast e plataformas de vídeo.), no prazo **máximo de 1 (um) dia útil** após solicitação formal do CRM/MG.
- Requisitos técnicos mínimos:
- I. Fones de retorno profissionais (mínimo de 5 unidades);
- II. Mesa de corte com, no mínimo, 4 entradas HDMI;
- III. Captação de áudio com pelo menos 2 canais, incluindo microfones de lapela e 4 microfones de mesa para podcast com haste flexível de, no mínimo, 45 cm;
- IV. Iluminação composta por softboxes, luminárias LED (luz verde) e tripés;
- V. Equipamentos complementares, tais como teleprompter, monitores e flash.
- VI. Microfones de lapela;
- VII. Captação multicâmeras, com **mínimo de 3 câmeras fixas e 1 câmera móvel**;

**4.9. Captação de Imagens e Transmissões ao Vivo (Lives)**

- As transmissões ao vivo referem-se a eventos institucionais do CRM-MG, tais como fóruns, cursos e simpósios, devendo contemplar:
- I. **Até 12 transmissões ao vivo por ano**;
- II. Captação multicâmeras, com **mínimo de 3 câmeras fixas e 1 câmera móvel**;
- III. Cobertura mobile para bastidores e produção de conteúdo para redes sociais;
- IV. Entrega de **pílulas audiovisuais, captadas por mobile, durante a realização do evento**;
- V. Entrega de vídeo final editado (after movie), quando necessário, em **até 24 (vinte e quatro) horas** após encerramento do evento;
- XI. Disponibilização de até **3 (três) rodadas de revisão, com retorno de até 8 horas**;
- XII. Produção completa, compreendendo gravação, edição, correção de cor, tratamento de áudio, vinheta de abertura e encerramento e créditos, legendas e inserção de imagens e trilhas sonoras devidamente licenciadas;
- Requisitos técnicos mínimos:
- I. Equipe mínima:
- II. Mesa de corte com, no mínimo, 4 entradas HDMI;
- III. Câmeras: 3 Full HD + 1 móvel (podendo ser mobile).
- IV. Iluminação adequada, composta por softboxes e luminárias LED;
- V. Equipe técnica compatível com transmissões ao vivo e controle de qualidade de áudio e vídeo;
- VI. Microfones de lapela;
- VII. Equipamentos adicionais, tais como teleprompter, monitores e flash.

**4.10. Mini-Vídeos para Redes Sociais**

- 4.10.1. A contratação deverá prever a produção de até **30 mini-vídeos anuais**, entre vídeos temáticos e de cobertura de eventos, com duração média aproximada de 3 minutos, incluindo:
- I. Gravação, edição, correção de cor, tratamento de áudio, legendas, vinheta de abertura e encerramento e créditos, alinhados ao briefing, roteiro/storyboards, direção e identidade visual fornecidos pelo CRM-MG ;
- II. Utilização de bancos de imagens, inserção de imagens e trilhas sonoras e vídeos devidamente licenciados;
- XIII. Entrega de mini-vídeos de eventos **no mesmo dia** e mini-vídeos temáticos em **até 3 (três) dias**. Disponibilização de até **3 (três) rodadas de revisão para os mini-vídeos temáticos, com retorno de até 1 (um) dia útil**;
- 4.10.2. Formatos mínimos exigidos:
- I. YouTube: 1920 × 1080;
- II. Instagram Feed: 1080 × 1350 (4:5);
- III. Stories/Reels: 1080 × 1920 (9:16).
- 4.10.3. A contratada deverá realizar as **adaptações necessárias** caso as plataformas digitais alterem seus padrões técnicos de publicação.
- 4.10.4. Requisitos técnicos mínimos:
- I. Equipe mínima: cinegrafista, técnico de áudio.
- II. Câmeras: 1 Full HD + 1 móvel (podendo ser mobile).
- III. Áudio: microfones (lapela e boom), gravador multicanal.
- IV. Iluminação: 3 softboxes, LEDs, tripés;
- V. Infraestrutura adicional: teleprompter, monitores, estabilizadores, flash.
- VI. Administração de conteúdo em tempo real e transmissão.

**4.11 Requisitos de prazos e forma de entrega**

- 4.11.1. A contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos e equipe técnica, conforme apresentados neste estudo, em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis de ordem de serviço apresentada pelo CRM/MG, onde constará a data, horário, tipo de serviço e local da prestação do serviço.
- 4.11.2. Os equipamentos devem estar montados e prontos para verificação e testagem do CRM-MG pelo menos 1 (uma hora) antes das gravações.
- 4.11.3. Os serviços deverão ser executados conforme **cronograma previamente definido pelo CRM-MG**, respeitando-se rigorosamente os prazos estabelecidos neste estudo. As entregas deverão ocorrer em **formato digital**, por meio de plataformas seguras de compartilhamento de arquivos, garantindo a **integridade, qualidade, rastreabilidade e disponibilidade** dos materiais entregues.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

5. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

- 5.1. O levantamento mercadológico buscou identificar e avaliar as alternativas possíveis de soluções para a demanda de produção audiovisual, conforme os requisitos de qualidade, padronização e economicidade do CRM-MG.
- 5.2. Problema a ser resolvido: A necessidade da contratação advém da busca pela redução de custos e, principalmente, pela padronização e consistência das entregas audiovisuais. O modelo atual, via agência de publicidade, não oferece equipe fixa e dedicada, resultando em alocação rotativa de profissionais e dificultando a consolidação de memória técnica sobre a identidade visual do Conselho.

Alternativas Avaliadas e Justificativa da Escolha:

- 5.3. Foram analisadas as seguintes soluções, em atendimento ao disposto no Art. 18, § 1º, V da Lei nº 14.133/2021:
- 5.3.1. **Solução A:** Manutenção dos serviços por meio da Agência de Publicidade Contratada.
- 5.3.2. **Solução B:** Internalização dos serviços, com compra de equipamentos e contratação de pessoal próprio (Editores, Cinegrafistas).
- 5.3.3. **Solução C:** Contratação, via licitação, de empresa especializada para o fornecimento integrado de todos os serviços (Podcast, Mini vídeos e Captações de imagens e transmissões ao vivo).
- 5.3.4. **Solução D:** Contratação parcelada por grupos (lotes). Ex: empresa 1 para Podcast, empresa 2 para Captações de imagens e transmissões ao vivo e Mini vídeos.

6. Comparativo das soluções

- 6.1. A etapa de **Levantamento Mercadológico (tópico 5)** identificou as seguintes alternativas para atender à necessidade do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais (CRM-MG), sendo a **Solução C** a opção considerada mais vantajosa e adequada.
- 6.2. A tabela a seguir apresenta a análise das quatro alternativas, avaliadas com base nos critérios de vantajosidade, eficiência, padronização e viabilidade técnica, em conformidade com o Art. 18, § 1º, V da Lei nº 14.133/2021:

Crítérios de Análise	Solução A (Agência de Publicidade)	Solução B (Internalização dos Serviços)	Solução C (Contratação Integrada)	Solução D (Contratação Parcelada/Lotes)
Vantajosidade Econômica e Custos	Alto Custo. Modelo de contratação atual que a demanda busca <b>reduzir</b> .	Alto Custo Inicial. Exige grande investimento na aquisição de equipamentos e <i>softwares</i> , além da contratação e capacitação de pessoal.	Potencial de Redução de Custo. Apresenta menor custo total em relação ao modelo de agência e evita o alto investimento inicial da internalização.	Custo Unitário Potencialmente Menor. O parcelamento pode gerar maior competitividade, mas os custos administrativos e de coordenação aumentam.
Eficiência e Padronização das Entregas	Baixa Eficiência e Padrão Inconsistente. O rodízio de profissionais dificulta a manutenção do padrão estético e a consolidação da memória técnica.	Alta Eficiência e Controle Máximo. Permite o controle total sobre o processo, mas a viabilidade é baixa no curto prazo.	Alta Eficiência e Padronização. Propicia a continuidade operacional, permitindo o acúmulo de conhecimento e a manutenção da consistência técnica e estética das peças.	Risco de Despadronização. A gestão de fornecedores distintos para cada item (podcast, mini vídeos, captação de imagens e transmissão ao vivo) aumenta o risco de variação de qualidade e identidade visual.
Viabilidade Técnica e Continuidade	Viável, mas não sustentável para a necessidade institucional.	Inviável no Curto Prazo. O Conselho não possui <b>equipe interna</b> , equipamentos ou <b>infraestrutura</b> para assumir os serviços.	Altamente Viável. Transfere a responsabilidade de prover todos os equipamentos e a equipe técnica especializada para a Contratada.	Viável, mas exige maior esforço de fiscalização e gestão de múltiplos contratos.
Atendimento aos Requisitos (Recursos)	Não atende ao requisito de continuidade operacional.	Exige criação imediata de cargos, realização de concurso público e compra de bens.	Atende Plenamente. A Contratada provê integralmente a equipe, infraestrutura e equipamentos (câmeras, microfones, iluminação).	O atendimento depende da correta articulação entre os diferentes fornecedores.

Justificativa Técnica e Econômica da Solução mais Vantajosa

- 6.3. A **Solução C (Contratação Integrada)** é a mais vantajosa e adequada para o atendimento da demanda institucional:
- Vantagem Econômica:** Evidencia-se o potencial de **redução de custos** ao desvincular o serviço da contratação da agência de publicidade, além de evitar o alto custo inicial e a criação de despesas fixas de pessoal e infraestrutura da internalização (Solução B).
- Vantagem Técnica e de Eficiência:** A contratação integrada (Solução C) é a única que resolve o problema de padronização e consistência. O modelo garante a continuidade operacional e o domínio dos processos produtivos, favorecendo o acúmulo de *know-how* sobre a comunicação do Conselho, o que seria perdido nas Soluções A e D (parcelamento).
- Justificativa de Não Parcelamento (Art. 18, § 1º, VIII):** A Solução C será contratada de forma integrada (ou em lote/grupo único) e não parcelada (Solução D). Esta decisão se justifica pela **interdependência e complementaridade** dos serviços (podcast/videocast, *lives* e *mini-vídeos*), sendo o fornecimento por um único **player** essencial para garantir a **uniformidade da identidade visual** e a sinergia na gestão de produção, evitando a perda da escala de padronização que a contratação separada poderia causar.
- 6.4. Dessa forma, a **Solução C** é tecnicamente viável e a mais vantajosa sob a ótica da economicidade, da eficiência e do atendimento à necessidade prioritária de padronização do CRM-MG.

7. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

- 7.1. A solução escolhida para o atendimento da necessidade do CRM-MG é a **Contratação, via licitação, de empresa especializada para o fornecimento integrado de serviços de produção audiovisual**.
- 7.2. Esta solução (Solução C no Levantamento Mercadológico) engloba três itens complementares e interdependentes: produção de *podcast/ videocast*, serviços de transmissão ao vivo (*lives*) e produção de *mini vídeos* para redes sociais.
- 7.3. A contratada será responsável por prover integralmente toda a **infraestrutura, equipamentos, softwares e equipe técnica especializada** necessária para a execução dos serviços, devendo manter o padrão técnico, estético e a identidade visual do CRM-MG em todas as entregas.

Detalhamento da Solução Escolhida

7.4. A solução integrada compreende os seguintes serviços:

7.4.1. **Item 1: Produção de Podcast/Videocast Institucional**

- A contratação deverá contemplar a produção de até **16 episódios anuais** com programação informada com no mínimo 5 dias de antecedência, com duração aproximada de 50 minutos, incluindo:
- Entregas: Edição completa do material bruto, incluindo cortes, inserção de imagens de corte (b-roll), trilhas sonoras, aplicação de efeitos, correção de cor e áudio, inserção de legendas e inserção da identidade visual do CRM-MG. Inclui a criação de vinheta de abertura e encerramento; vírgulas sonoras; créditos e assinatura sonora personalizada, com atualização/renovação anual, além de indexação e publicação dos conteúdos nos principais agregadores de podcast e plataformas de vídeo.
- Logística: As gravações ocorrerão majoritariamente na sede do CRM-MG, em Belo Horizonte, podendo ser realizadas em outros locais na cidade de Belo Horizonte em dias úteis, fins de semana e feriados e podem se estender para além do horário comercial. A Contratada deverá manter disponibilidade e estar apta a prestar os serviços nos horários especificados na Ordem de Serviço, devendo todos os custos inerentes a essas condições (incluindo encargos de pessoal por trabalho noturno, horas extras, etc.) já estarem integralmente considerados nos preços unitários propostos.

7.4.2. **Item 2: Captação de Imagens e Transmissão ao Vivo (Lives)**

- Escopo: Contratação de serviços de captação de imagens e transmissão ao vivo de 12 eventos/ano nas redes sociais oficiais do Conselho, com programação informada com no mínimo 5 dias de antecedência.
- Requisitos Técnicos Mínimos: O fornecimento de equipamentos para a transmissão deve incluir: 4 câmeras (sendo 1 móvel sem fio), mesa de corte profissional com no mínimo 4 entradas HDMI, equipamento de captação de áudio embutido, contemplando cobertura mobile para bastidores e produção de conteúdo para redes sociais

7.4.3. **Item 3: Produção de Mini Vídeos para Redes Sociais**

- Escopo: Serviços de gravação, edição e finalização de 30 mini-vídeos/ano para divulgação nas plataformas digitais (Instagram, YouTube, site), com programação informada com no mínimo 3 dias de antecedência com duração aproximada de 3 minutos cada, entre vídeos temáticos e de cobertura de eventos, com duração média aproximada de 3 minutos
- Formatos de Entrega: Os vídeos deverão ser entregues finalizados para publicação em três formatos específicos, otimizados por plataforma: 1920×1080 (horizontal para YouTube), 1080×1350 (vertical para Instagram feed) e 1080×1920 (vertical para Instagram Story).

I. Responsabilidade: A contratada é responsável pela inclusão de todos os recursos técnicos (equipamentos, iluminação, microfones, softwares etc.) para a captação e edição e deverá realizar as **adaptações necessárias** caso as plataformas digitais alterem seus padrões técnicos de publicação. Também é de responsabilidade da contratada disponibilizar Infraestrutura adicional: teleprompter, monitores, estabilizadores, flash, bem como realizar a administração de conteúdo em tempo real e transmissão.

**8. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

8.1. O dimensionamento das quantidades a serem contratadas foi realizado pelo Departamento de Comunicação (DECOM), com base na necessidade institucional de comunicação regular e na demanda projetada para um período de **12 (doze) meses**.

8.2. No ano de 2025, foram realizados o seguinte quantitativo referente a cada serviço:

Item	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Anual (2025)
1	Produção de Podcast/Videocast Institucional (incluindo gravação, edição e finalização)	Episódio (aprox. 50 min)	10
2	Captação de Imagens e Transmissão ao Vivo ( <i>Lives</i> ) de eventos institucionais	Evento	11
3	Produção e Finalização de Mini-Vídeos (para redes sociais e divulgação)	Vídeo (aprox. 3 min)	12

8.2. As estimativas a seguir constituem a base para a contratação para o exercício de 2026:

Item	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada	Documento de Suporte
1	Produção de Podcast/Videocast Institucional (incluindo gravação, edição e finalização)	Episódio (aprox. 50 min)	16	DOD 2833594
2	Captação de Imagens e Transmissão ao Vivo ( <i>Lives</i> ) de eventos institucionais	Evento	12	DOD 2833594
3	Produção e Finalização de Mini-Vídeos (para redes sociais e divulgação)	Vídeo (aprox. 3 min)	30	DOD 2833594

**9. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

9.1. Para fins de estimativa do valor da contratação, seguem os valores obtidos através de orçamentos preliminares:

Item	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada	Valor Unit.	Valor Total
1	Produção de Podcast/Videocast Institucional (incluindo gravação, edição e finalização)	Episódio (aprox. 50 min)	16	R\$ 3.850,00	R\$ 61.600,00
2	Captação de Imagens e Transmissão ao Vivo ( <i>Lives</i> ) de eventos institucionais	Evento	12	R\$ 4.800,00	R\$57.600,00
3	Produção e Finalização de Mini-Vídeos (para redes sociais e divulgação)	Vídeo (aprox. 3 min)	30	R\$1.500,00	R\$45.000,00

9.2. O valor preliminarmente estimado da contratação é de R\$161.965,88

10. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

10.1. Embora o parcelamento do objeto seja a regra, com vistas a ampliar a competitividade do certame e buscar a proposta mais vantajosa, o CRM-MG opta, neste caso, pela não adoção do parcelamento e pela contratação em lote único da Solução C (Contratação Integrada).

10.2. O não parcelamento do objeto (produção de *podcast/ videocast, mini-vídeos*, captação de imagens e transmissões ao vivo) se justifica por razões técnicas, estratégicas e de economicidade, pois a sua divisão resultaria em prejuízo para o conjunto da solução, comprometendo a segurança da execução e a qualidade do produto final, conforme demonstrado no Comparativo de Soluções (tópico 6) e detalhado a seguir:

Justificativa Técnica: Interdependência e Perda de Padronização

10.3. O objeto é composto por serviços interdependentes, sendo a entrega coesa entre eles um requisito fundamental para o sucesso da comunicação institucional:

Identidade Visual e Técnica Única: Todos os produtos (podcast, mini vídeos e lives) se destinam às mesmas plataformas e públicos, e devem compartilhar o mesmo padrão técnico, e seguir a identidade visual fornecida pelo CRM-MG. A contratação de empresas distintas (Solução D) aumentaria significativamente o risco de despachonização de *layouts*, vinhetas, qualidade de áudio/vídeo e linguagem, o que mina o objetivo primário desta nova contratação (alcançar consistência nas entregas).

Sinergia da Equipe: A contratação integrada garante que a mesma equipe técnica (editores, cinegrafistas) atenda a todas as demandas, o que é essencial para construir a memória técnica sobre os formatos, *templates* e requisitos específicos do Conselho, evitando o problema da rotação de pessoal observado na solução atual.

Justificativa Estratégica: Economicidade e Alcance de Objetivos

10.4. A manutenção da contratação em lote/grupo único se justifica estrategicamente por ser a forma mais econômica e eficiente de cumprir os objetivos da Administração:

· Atendimento a Objetivos Estratégicos: O Planejamento Estratégico 2024-2028 do CRM-MG estabelece como meta o OE5 - Normatizar os fluxos de comunicação e de divulgação das informações e o OE4 - Aprimorar as formas de comunicação. A uniformidade e a padronização das entregas, garantidas pela contratação integrada, são condições *sine qua non* para o atingimento desses objetivos. O parcelamento implicaria em risco de falha estratégica, desvirtuando a economicidade pretendida.

Otimização da Gestão e Fiscalização: A contratação de um único fornecedor simplifica e otimiza a gestão administrativa e a fiscalização contratual pelo Departamento de Comunicação (DECOM), reduzindo a complexidade de gerenciar múltiplos contratos, prazos e padrões de entrega, o que representa ganho de eficiência e redução de custos operacionais.

Conclusão

10.5. Pelas razões técnicas e estratégicas apresentadas, conclui-se que o parcelamento da contratação é tecnicamente inviável e economicamente desvantajoso por comprometer a qualidade, a padronização e a consistência da comunicação, que são os objetivos primários desta licitação.

10.6. Portanto, a contratação deverá ser realizada em lote/grupo único (Solução C), abrangendo integralmente os serviços de produção de *podcast / videocast, mini vídeos e lives (captação de imagem e transmissão online)*.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

- 11.1. Não se identificam contratações correlatas que tornem o objeto desta licitação interdependente a ponto de exigir uma licitação conjunta ou que inviabilize a execução deste contrato caso os demais sejam interrompidos.
- 11.2. O objeto (produção de conteúdo) constitui uma atividade autônoma de fornecimento de peças audiovisuais, sendo a sua contratação desvinculada das demais atividades-meio do Conselho.

12. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Compras (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12. A presente demanda encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, conforme se comprova abaixo:
- 12.1. PCA/2026 – Número da Contratação: 113/2026

Data	Descrição	Quantidade de Itens	Valor Estimado
04/10/2026	Solução de Gestão Eletrônica de Documentos	1	R\$ 90.000,00
05/10/2026	Renovar contrato com agência de publicidade licitada, mantendo a imagem institucional do CRM-MG, promover a valorização da atividade médica e orientar a população sobre temas de saúde pública.	1	R\$ 2.500.000,00
16/10/2026	Aquisição de bens de consumo do tipo gêneros alimentícios, destinados ao atendimento funcional diário e eventual.	17	R\$ 203.028,00
20/10/2026	Soluções de Conectividade Avançada para Dados e Voz	1	R\$ 576.000,00
22/10/2026	Continuação do contrato realizado com empresa especializada para prestar serviços assessoria e consultoria em planejamento estratégico, bem como capacitar gestores da alta administração e servidores.	1	R\$ 60.000,00
26/10/2026	Plataforma Digital - Jornal	1	R\$ 2.076,00
29/10/2026	Contratação de empresa/entidade para prestação de serviços de Agente de Integração -(ESTAGIARIO)	1	R\$ 471.785,16
02/11/2026	Manutenção e conservação de ares-condicionados da sede do CRM-MG.	1	R\$ 55.700,00
06/11/2026	Aquisição de materiais de limpeza, higiene e descartáveis para a sede e Delegacias Regionais.	44	R\$ 138.594,35
12/11/2026	Contratação anual de ferramenta (em nuvem) para gestão dos processos judiciais nos quais o Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais(CRMMG) figura como parte.	1	R\$ 7.000,00
12/11/2026	Contratação de empresa prestação serviço de manutenção relógio de ponto.	1	R\$ 1.320,00
13/11/2026	renovação de contrato com empresa especializada em gravação/edição de podcasts/videocasts, gravação de mini-vídeos e transmissão ao vivo de eventos institucionais do Conselho.	3	R\$ 210.400,00
26/12/2026	Solução de Serviços em nuvem para o CPD	1	R\$ 500.000,04
31/12/2026	Continuidade das publicações oficiais: editais, portarias, notas e comunicados. Devem ser divulgados no DOEMG e em jornais de grande circulação p/ manter a transparência e cumprir as leis.	1	R\$ 63.250,00
		Valor Total:	R\$ 34.710.510,64

- 12.2. Links para acesso ao PCA 2026:
- [http://transparencia.crmmg.org.br/images/CRMMG/Compras/Plano\\_de\\_Contratacoes\\_Anual\\_CRMMG\\_2026\\_1\\_compressed.pdf](http://transparencia.crmmg.org.br/images/CRMMG/Compras/Plano_de_Contratacoes_Anual_CRMMG_2026_1_compressed.pdf)
  - <https://pnc.gov.br/app/pca/22256879000170/2026/1>

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

13. Resultados pretendidos (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

13.1 Crescimento de alcance e engajamento nas plataformas oficiais

Objetivo:

Contribuir para a ampliação do alcance e do engajamento dos conteúdos audiovisuais institucionais nas plataformas oficiais de comunicação do CRM-MG, respeitando as variáveis externas inerentes aos algoritmos das plataformas digitais.

**Indicadores de acompanhamento (KPIs):**

Número de visualizações;  
Tempo médio de exibição;  
Taxa de retenção de audiência;  
Crescimento de inscritos/seguidores nos canais oficiais;  
Taxa de conclusão dos vídeos;  
Número de interações (curtidas, comentários, compartilhamentos).

**Observação técnica:**

Os indicadores de alcance e engajamento serão utilizados **exclusivamente para fins de monitoramento e avaliação estratégica, não constituindo obrigação contratual de resultado**, por dependerem de fatores externos à atuação da contratada.

**13.2 Eficiência operacional e otimização de custos**

**Objetivo:**

Promover maior eficiência na produção audiovisual institucional, por meio da **centralização, padronização de processos e ganho de escala**, em comparação ao modelo anterior de contratação pontual via agência.

**Indicadores de eficiência:**

Redução do **custo unitário médio por peça produzida**, em relação ao modelo anteriormente praticado;  
Adoção de fluxos padronizados de produção, edição e entrega;  
Redução de retrabalhos e ajustes técnicos não previstos (meta ≤ 5%);  
Melhor previsibilidade orçamentária anual.

**13.3 Conformidade legal, acessibilidade e segurança da informação**

**Objetivo:**

Assegurar que todos os conteúdos produzidos estejam em **plena conformidade legal, normativa e institucional**.

**Requisitos e indicadores de conformidade:**

Regularidade dos **direitos autorais**, com cessão de uso ao CRM-MG e licenciamento de trilhas, imagens e vídeos (meta: 100%);  
Atendimento às disposições da **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, incluindo coleta de autorizações e termos de consentimento de imagem e voz, quando aplicável (meta: 100%);  
Garantia de **acessibilidade**, com inserção de legendas nos conteúdos audiovisuais (meta: 100%);  
Ausência de apontamentos formais de inconformidade pela fiscalização contratual.

**14. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

**14.1 Roteiro de Governança dos Serviços Audiovisuais**

14.1.1. Governança de Briefings, a ser realizada por meio de reunião conjunta com todas as áreas envolvidas nos serviços a serem prestados pela contratada;  
14.1.2. Todo conteúdo (podcast/videocast, lives e mini-vídeos) deverá ser iniciado mediante o briefing enviado pelo CRM-MG.  
14.1.3. O briefing deverá conter, no mínimo:

Objetivo institucional do conteúdo;  
Público-alvo;  
Formato (episódio curto/estendido, live, mini-vídeo);  
Duração estimada;  
Canais de publicação (YouTube, plataformas de áudio, Instagram, etc.);  
Data de gravação, janela de publicação e eventuais restrições.  
14.1.4. Para eventos institucionais (lives e coberturas), o briefing será alinhado previamente ao cronograma oficial do CRM-MG.

**14.2. Fluxo de Aprovações**

**14.2.1. Para podcasts e videocasts** o Departamento de Comunicação do CRM-MG apresentará o objetivo do editorial, a temática do episódio, a pauta e a pesquisa do conteúdo com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência da realização do serviço;  
**14.2.2.** O CRM-MG fornecerá a identidade visual e os créditos com três dias de antecedência da gravação para que a contratada produza as vinhetas de entrada, saída dos videocasts e das pílulas para redes sociais e entregue até 1 (dia) antes da gravação para aprovação e possíveis ajustes pelo CRM-MG;  
**14.2.3.** Após prestação do serviço, nos prazos estabelecidos neste documento, a empresa deverá encaminhar a primeira versão dos produtos ao Departamento de Comunicação, via email, que fará as análises necessárias;  
**14.2.4.** Havendo necessidade de correções, complementações ou melhorias, o Departamento de Comunicação retornará, via email, relatório com as alterações a serem realizadas;  
**14.2.5.** Após aprovação pelo Departamento de Comunicação os produtos serão encaminhados para análise e aprovação da Diretoria e/ou da Presidência do CRM-MG;  
**14.2.6.** Após aprovação final, o Departamento de Comunicação oficializará a aprovação do produto para a empresa para que seja concluído o serviço;  
**14.2.7.** Nos casos de **transmissões on line**, o Departamento de Comunicação disponibilizará o roteiro, a pauta e a identidade visual do evento que será disponibilizada com 5 (cinco) dias de antecedência para a contratada;  
**14.2.8.** A contratada fará a inserção da identidade visual do evento para a transmissão on line no youtube assim como para as redes sociais (capa, arte de destaque, aplicação de logo, título etc)  
**14.2.9. As pílulas audiovisuais, captadas por mobile, durante a realização do evento;** deverão ser aprovadas in locu pelo fiscal do CRM para sua publicação. O roteiro será fornecido pelo CRM-MG em até 5 (cinco) dias antes da prestação do serviço. A identidade visual do evento será enviada pelo CRM-MG com até três dias de antecedência da gravação para que seja adaptada aos vídeos (capa, arte de destaque, aplicação de logo, título, legenda, trilha etc) em até 1 (um) dia antes do evento.  
**14.2.10.** A entrega de vídeo final editado (after movie), quando necessário, será em até **24 (vinte e quatro) horas corridas** após encerramento do evento;  
**14.2.11.** Para os **mini-vídeos temáticos**, o Departamento de Comunicação do CRM-MG fornecerá o briefing com o objetivo editorial, a temática, a pesquisa de conteúdo, o planejamento de público, tom e mensagem com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência da prestação dos serviços.  
**14.2.12.** O CRM-MG fornecerá a **identidade visual**, o roteiro/storyboard com no máximo de 2 (dois) dias antes da gravação para a inserção de elementos gráficos, a apresentação de imagens e vídeos.  
**14.2.13.** Para os vídeos sobre cobertura de eventos, o briefing detalhado será enviado pelo CRM-MG em até 3 (três) dias antes da prestação do serviço.  
**14.2.14.** A empresa realizará entrevistas e captação de imagens durante a realização do evento e posteriormente fará edição inserindo a identidade visual fornecida pelo CRM-MG (capa, arte de destaque, aplicação de logo, título, legenda, trilha etc), e apresentará ao CRM-MG em até 1 (um) dia após o evento.

**14.3. Janelas de Gravação**

14.3.1. As janelas de gravação deverão ser definidas em comum acordo, respeitando:  
Disponibilidade de estúdios, equipamentos e equipe técnica;  
Agenda de entrevistados, porta-vozes e dirigentes do CRM-MG;  
Calendário institucional (eventos, fóruns, cursos e simpósios).  
14.3.2. Para podcasts/videocasts:  
Planejamento mensal ou trimestral, considerando até **16 episódios anuais**.  
14.3.3. Para transmissões ao vivo:  
Alinhamento prévio mínimo conforme complexidade do evento.

**14.4. Janelas de Publicação**

14.4.1. As publicações deverão respeitar:  
Estratégia institucional do CRM-MG;  
Prazos contratuais máximos:  
Podcasts/Videocasts: até **2 dias úteis após a gravação**;  
Lives: pílulas no mesmo dia e vídeo final em até **24 horas**, quando aplicável;  
Mini-vídeos temáticos: até **3 dias**, conforme complexidade.  
14.4.2. A publicação nos canais oficiais (YouTube, plataformas de áudio e redes sociais) ocorrerá **somente quando solicitada e autorizada pelo CRM-MG**.

**14.5. Acessos às Contas e Plataformas**

14.5.1. O CRM-MG manterá a **titularidade integral** das contas e canais oficiais.



14.5.2. A contratada poderá receber acessos operacionais temporários, quando necessário, para:  
Upload de vídeos;  
Agendamento de publicações;  
Configuração técnica de transmissões ao vivo.

14.5.3. Todos os acessos deverão seguir boas práticas de segurança e atender ao estabelecido na Lei Geral de Proteção de Dados e poderão ser revogados a qualquer tempo.

**14.6. Designação de Pontos Focais (POCs)**  
14.6.1. Deverão ser designados **POCs por área**, incluindo:  
POC institucional do CRM-MG (decisão e aprovação);  
POC de comunicação;  
POC técnico da contratada.

14.6.2. Os POCs serão responsáveis por:  
Centralizar demandas;  
Validar prazos;  
Consolidar feedbacks;  
Garantir o fluxo de aprovações.

**14.7. Identidade Visual e Templates**  
14.7.1. A identidade visual institucional será fornecida **previamente pelo CRM-MG**, para adaptação dos conteúdos incluindo:  
Vinhetas;  
Letterings;  
Lower thirds;  
Cores, tipografia e aplicações gráficas.

14.7.2. Templates padronizados deverão ser utilizados para:  
Podcasts/videocasts;  
Mini-vídeos;  
Pílulas e conteúdos derivados.

**14.8. Depósito e Backup de Materiais**  
14.8.1. Todos os **brutos e materiais finais** deverão ser organizados e armazenados em:  
Plataformas digitais seguras de compartilhamento;  
Estrutura de pastas padronizada por tipo de conteúdo e data.

14.8.2. O backup deverá garantir:  
Integridade;  
Rastreabilidade;  
Disponibilidade futura para o CRM-MG sem ônus adicional, ou sempre que a pedido pelo CRM-MG.

14.8.3. Ao término do contrato, todo o acervo deverá ser entregue ao CRM-MG, sem ônus adicional.

**15. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

15.1. Preferência por iluminação LED, redução de deslocamentos com agrupamento de gravações, descarte adequado de baterias/pilhas, incentivo a logística sustentável e armazenamento digital para reduzir mídia física.

15.2. Em conformidade com a exigência legal de promoção do desenvolvimento nacional sustentável, a análise dos serviços de produção audiovisual identificou os seguintes possíveis impactos ambientais decorrentes de sua execução e as respectivas medidas mitigadoras que serão exigidas da Contratada.

15.3. A Contratada deverá incorporar estas medidas em seus procedimentos operacionais:

Potenciais Impactos Ambientais	Medidas Mitigadoras a Serem Exigidas (Requisito de Sustentabilidade)
1. Consumo Energético Elevado (Uso contínuo de iluminação, equipamentos de gravação, edição e streaming).	Eficiência Energética: Exigir a utilização de equipamentos de iluminação de baixo consumo, com preferência para a tecnologia LED em estúdios de gravação, sets e lives.
2. Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) (Deslocamento da equipe de produção e equipamentos para gravações externas).	Logística Sustentável: Priorizar a logística eficiente e o agrupamento de pautas e gravações em um mesmo dia e local, a fim de reduzir o deslocamento da equipe e o consumo de combustíveis fósseis.
3. Geração de Resíduos Perigosos (Descarte incorreto de pilhas, baterias e lâmpadas, que contêm metais pesados).	Gestão de Resíduos: Exigir o descarte correto e licenciado de pilhas, baterias e acumuladores de energia usados nos equipamentos, em estrita observância à legislação ambiental e à Política Nacional de Resíduos Sólidos.
4. Uso Excessivo de Recursos e Mídia Física (Impressão de scripts e armazenamento em mídias físicas, como DVDs e pen drives).	Priorização Digital: Incentivar o armazenamento digital e eletrônico (backup em nuvem ou discos rígidos) dos arquivos brutos e finais, minimizando o uso de papel na pré-produção e de mídias físicas para arquivamento.

V – VIABILIDADE

**16. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

À luz da necessidade institucional, da inexistência de equipe/equipamentos internos, da estratégia de comunicação e do potencial de ganho de eficiência e padronização, considera-se viável e adequada a contratação proposta, pelo prazo de 12 meses, podendo prorrogar por iguais períodos até o limite de 10 (dez) anos conforme previsto na legislação vigente.

Belo Horizonte, 13 de janeiro de 2026



Documento assinado eletronicamente por André Guerra de Souza, Agente Administrativo, em 07/04/2026, às 16:33, com fundamento no art. 5º da RESOLUÇÃO CFM nº 2.308/2022, de 28 de março de 2022.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cfm.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador 3857152 e o código CRC 7C5994AC.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## MINUTA DE CONTRATO

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2026

### ANEXO II - TERMO DE CONTRATO

**(Processo Administrativo SEI Nº. 25.13.000005733-3)**

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA E A EMPRESA ....

O **Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais**, com sede na Rua dos Timbiras, Nº 1200, Bairro Boa Viagem, Belo Horizonte - MG, inscrito no CNPJ sob o nº 22.256.879/0001-70, neste ato representado por seu Presidente, **Cons. Ricardo Hernane Lacerda Gonçalves de Oliveira**, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por \_\_\_\_\_, conforme atos constitutivos OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo SEI Nº. 25.13.000005733-3**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 01/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de produção audiovisual institucional, compreendendo: produção de podcasts/videocasts institucionais; captação de imagens e transmissões ao vivo (lives) de eventos institucionais; produção de mini-vídeos para redes sociais; com fornecimento de equipe técnica, equipamentos, softwares, infraestrutura, edição, finalização e entrega dos materiais, em atendimento à demanda do CRM-MG**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Produção de Podcast/Videocast institucional	3778	Unidade	16	R\$	R\$

2	Captação de imagens e transmissões ao vivo (lives)	3778	Evento	12	R\$	R\$
3	Produção de mini-vídeos para redes sociais	3778	Unidade	30	R\$	R\$
<b>Valor Total do Grupo</b>						<b>R\$</b>

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin ).

**2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.**

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder

público, observadas as abrangências de aplicação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA- MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

### **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante, além daquelas especificadas no Termo de Referência:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a

execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial do CRM-MG para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, **além daquelas previstas no Termo de Referência**:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o

acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes .

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.1.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de



natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2026, na dotação abaixo discriminada:

##### **5.2.2.1.1.33.90.39.031 SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTOS.**

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Minas Gerais, Subseção Judiciária de Belo Horizonte, MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belo Horizonte, data de assinatura.

### CONTRATANTE

**Cons. Ricardo Hernane Lacerda Gonçalves de Oliveira**  
**Presidente do CRM-MG**

### CONTRATADO

**Representante Legal**

### Testemunhas

1-

2-



Rua dos Timbiras, 1200 - Bairro Boa Viagem |  
CEP 30140-064 | Belo Horizonte/MG -  
<https://www.crmmg.org.br/>



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Pinheiro de Azevedo**, **Coordenador(a) do Setor de Compras e Licitação do CRM-MG**, em 26/02/2026, às 12:31, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cfm.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3805343** e o código CRC **31089B05**.



Rua dos Timbiras, 1200 - Bairro Boa Viagem |  
CEP 30140-064 | Belo Horizonte/MG -  
<https://www.crmmg.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 25.13.000005733-3 | data de inclusão: 26/02/2026